

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	48
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	50
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
<b>Total</b>	<b>27.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	103.639	104.297
1.01	Ativo Circulante	18.708	19.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	173	288
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.246	3.728
1.01.03	Contas a Receber	14.693	13.470
1.01.03.01	Clientes	14.693	13.470
1.01.04	Estoques	285	361
1.01.07	Despesas Antecipadas	3	10
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.308	1.990
1.01.08.03	Outros	1.308	1.990
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	60	77
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.248	1.444
1.01.08.03.03	Juros s/ Capital Próprio a Receber	0	469
1.02	Ativo Não Circulante	84.931	84.450
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.645	21.667
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	11.794	11.786
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	11.794	11.786
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.471	8.501
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	807	799
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.664	7.702
1.02.02	Investimentos	52.127	51.674
1.02.02.01	Participações Societárias	52.127	51.674
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	52.125	51.672
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	11.159	11.109
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.159	11.109

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	103.639	104.297
2.01	Passivo Circulante	6.383	7.676
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	544	585
2.01.01.01	Obrigações Sociais	544	585
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	544	585
2.01.02	Fornecedores	749	2.091
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	749	2.091
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.326	2.305
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.326	2.305
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.276	1.268
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.050	1.037
2.01.05	Outras Obrigações	1.339	1.162
2.01.05.02	Outros	1.339	1.162
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17	46
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	503	503
2.01.05.02.04	Salários	763	562
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	56	51
2.01.06	Provisões	1.425	1.533
2.01.06.02	Outras Provisões	1.425	1.533
2.02	Passivo Não Circulante	51.406	51.450
2.02.03	Tributos Diferidos	49.406	49.450
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.406	49.450
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.283	43.322
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	6.123	6.128
2.02.04	Provisões	2.000	2.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.000	2.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.000	2.000
2.03	Patrimônio Líquido	45.850	45.171
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.885	11.895
2.03.04	Reservas de Lucros	5.918	5.229
2.03.04.01	Reserva Legal	354	354
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.564	4.875

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.424	15.381
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	8.988	16.828
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-564	-1.447
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.739	-11.495
3.03	Resultado Bruto	2.685	3.886
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.714	-1.385
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.097	-1.827
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.595	-1.360
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-502	-467
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-70	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	453	429
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	971	2.501
3.06	Resultado Financeiro	-185	373
3.06.01	Receitas Financeiras	92	682
3.06.02	Despesas Financeiras	-277	-309
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	786	2.874
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-112	-830
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	674	2.044
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	674	2.044
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02496	0,07570
3.99.01.02	PN	0,02496	0,07570

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	674	2.044
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10	10
4.03	Resultado Abrangente do Período	684	2.054

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.903	-308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	771	2.230
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	674	2.044
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	84	77
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-453	-429
6.01.01.04	Provisão para Contingência	0	17
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	288	270
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	140	29
6.01.01.07	Baixa Extrato de Refis	0	-31
6.01.01.08	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	38	253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.674	-2.538
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.223	-1.498
6.01.02.02	Estoques	76	46
6.01.02.03	Estoque de Imóveis	-8	-55
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	24	13
6.01.02.05	Depósito Judicial	196	-63
6.01.02.07	Fornecedores	-1.342	341
6.01.02.08	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	52	-245
6.01.02.09	Obrigações Tributárias -Refis e Outros Impostos	-454	-1.021
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	5	-56
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	335	-153
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-134	-156
6.02.02	Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	469	3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29	0
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-29	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.597	-461
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.016	5.138
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.419	4.677

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	674	0	674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	689	-674	0	5
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	689	-689	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5
5.07	Saldos Finais	28.047	11.885	5.918	0	0	45.850



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.044	0	2.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.044	0	2.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	0	15	0	5
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5
5.07	Saldos Finais	53.896	11.924	0	-23.790	0	42.030

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	8.988	16.828
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.155	-9.563
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.868	-9.331
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-287	-232
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.833	7.265
7.04	Retenções	-84	-77
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-84	-77
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.749	7.188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	545	1.111
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	453	429
7.06.02	Receitas Financeiras	92	99
7.06.03	Outros	0	583
7.06.03.01	Juros Sobre Capital Próprio Recebido	0	583
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.294	8.299
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.294	8.299
7.08.01	Pessoal	3.451	3.426
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	892	2.520
7.08.02.01	Federais	843	2.085
7.08.02.03	Municipais	49	435
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	277	309
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	674	2.044
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	674	2.044

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	161.176	156.298
1.01	Ativo Circulante	104.973	99.298
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	486	479
1.01.01.01	Caixa e Bancos	486	479
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.825	22.933
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.825	22.933
1.01.03	Contas a Receber	65.916	49.746
1.01.03.01	Clientes	65.916	49.746
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	8.909	6.911
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	57.007	42.835
1.01.04	Estoques	13.976	10.212
1.01.04.01	Material de Construção e Revenda	5.570	4.240
1.01.04.02	Material de Revenda	7.109	4.678
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	1.297	1.294
1.01.07	Despesas Antecipadas	986	1.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.784	14.671
1.01.08.03	Outros	13.784	14.671
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	4.025	5.506
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	3.476	3.518
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	6.283	5.647
1.02	Ativo Não Circulante	56.203	57.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.691	22.713
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	11.794	11.786
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	11.794	11.786
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.517	9.547
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.853	1.845
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.664	7.702
1.02.02	Investimentos	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	32.554	33.271
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.554	33.271
1.02.04	Intangível	946	1.004

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	161.176	156.298
2.01	Passivo Circulante	58.523	53.675
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.541	2.476
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.541	2.476
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	2.541	2.476
2.01.02	Fornecedores	21.848	14.568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.848	14.568
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.217	8.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.217	8.388
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	1.276	1.268
2.01.03.01.03	Outros	6.941	7.120
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.703	14.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.703	14.616
2.01.05	Outras Obrigações	6.307	5.727
2.01.05.02	Outros	6.307	5.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17	46
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	503	503
2.01.05.02.04	Salários	5.279	4.069
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	508	1.109
2.01.06	Provisões	7.907	7.900
2.01.06.02	Outras Provisões	7.907	7.900
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	7.907	7.900
2.02	Passivo Não Circulante	56.774	57.423
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.768	3.373
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.768	3.373
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.768	3.373
2.02.02	Outras Obrigações	49.406	49.450
2.02.02.02	Outros	49.406	49.450
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.283	43.322
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Reavaliação	6.123	6.128
2.02.04	Provisões	4.600	4.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	45.879	45.200
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.885	11.895
2.03.03.01	Ativos Próprios	11.885	11.895
2.03.04	Reservas de Lucros	5.918	5.229
2.03.04.01	Reserva Legal	354	354
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.564	4.875
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29	29

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.386	74.750
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ ou Serviços	79.941	82.285
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-8.555	-7.535
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.308	-66.412
3.03	Resultado Bruto	7.078	8.338
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.782	-4.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.591	-3.876
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-191	-376
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.296	4.086
3.06	Resultado Financeiro	-1.235	-988
3.06.01	Receitas Financeiras	613	225
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.848	-1.213
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.061	3.098
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-387	-1.054
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	674	2.044
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	674	2.044
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	674	2.044
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	674	2.044
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15	15
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	689	2.059
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	689	2.058
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.191	4.962
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.246	4.590
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	674	2.044
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.138	1.076
6.01.01.03	Efeito Líquido Baixa Imobilizado	0	561
6.01.01.04	Créditos Fiscais - Prejuízos Fiscais	38	253
6.01.01.05	Baixa Extrato Refis	0	-31
6.01.01.08	Juros a Pagar a Longo Prazo - Parcelamento	288	338
6.01.01.09	Provisão para Contingência	0	17
6.01.01.10	Diferimento de impostos	1.108	332
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.437	372
6.01.02.01	Contas a Receber	-16.170	4.273
6.01.02.02	Estoques	-3.761	-191
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	-11	-101
6.01.02.04	Contas a Receber - Venda Ativo Fixo	0	270
6.01.02.05	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	1.752	207
6.01.02.06	Precatórios a Receber	0	-108
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	-636	0
6.01.02.08	Depósito Judicial	42	0
6.01.02.09	Fornecedores	7.280	-391
6.01.02.10	Salários, Provisão Férias, 13 salário e Encargos Sociais	1.282	-628
6.01.02.11	Obrigações Tributárias- Refis e Outros Impostos	-1.614	-2.459
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-601	-500
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-363	-2.624
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-363	-2.624
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.547	1.943
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-29	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-3.518	1.943
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.101	4.281
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.412	10.963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.311	15.244

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	674	0	674	0	674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	674	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	689	-674	0	5	0	5
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	689	-689	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-15	0	15	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	5	0	0	0	5	0	5
5.07	Saldos Finais	28.047	11.885	5.918	0	0	45.850	29	45.879



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.044	0	2.044	0	2.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.044	0	2.044	0	2.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-10	0	15	0	5	0	5
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10	0	15	0	5	0	5
5.07	Saldos Finais	53.896	11.924	0	-23.790	0	42.030	28	42.058

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	79.941	82.285
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.887	-46.176
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.372	-44.607
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.515	-1.569
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.054	36.109
7.04	Retenções	-1.138	-1.076
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.138	-1.076
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.916	35.033
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	613	225
7.06.02	Receitas Financeiras	613	225
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.529	35.258
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.529	35.258
7.08.01	Pessoal	21.585	21.732
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.422	10.269
7.08.02.01	Federais	7.170	7.591
7.08.02.02	Estaduais	1.182	7
7.08.02.03	Municipais	2.070	2.671
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.848	1.213
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	674	2.044
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	674	2.044

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. Desempenho Econômico e Financeiro

##### 1.1 Receita

###### a) **Azevedo & Travassos S/A (ATSA)**

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE). Como consequência, o faturamento da Azevedo & Travassos S.A. refere-se a cobrança de serviços prestados para a ATE e a serviços oriundos de obras públicas. Até 31/03/15, a Receita Bruta da empresa alcançou o valor de R\$ 8.988 mil (R\$ 16.828 mil em 31/03/14). Esta redução se deu em função da diminuição do nível de contratação por parte dos órgãos públicos. Foram prestados serviços para a ATE e executadas obras para as Prefeituras dos Municípios de São Paulo, de Barueri (viaduto) e de Mogi das Cruzes e para o DER-SP (viaduto).

A Receita Financeira no primeiro trimestre/15 foi de R\$ 92 mil, ante R\$ 682 mil em igual período de 2014. Em 31/03/15 não se apurou Receita Financeira proveniente dos Juros sobre Capital Próprio pagos pela ATE ( em 31/03/14 foi apurado R\$ 583 mil).

###### b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

A Receita Bruta até 31/03/15 foi de R\$ 75.367 mil, contra R\$ 67.993 mil no mesmo período de 2014.

A Receita Financeira até 31/03/15 foi de R\$ 521 mil contra R\$ 123 mil em 31/03/14.

###### c) **Consolidado**

Até 31/03/15 a Receita Bruta atingiu R\$ 79.941 mil contra R\$ 82.285 mil ocorrida no mesmo período do ano passado.

##### 1.2 Endividamento

###### a) **Azevedo & Travassos S/A**

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 44.559 mil em 31/03/15 (R\$ 44.691 mil em 31/03/14) são os passivos mais relevantes da empresa.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos neste Programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

Em junho de 2014, a Secretaria da Receita Federal notificou a Companhia, para adequar a parcela que vinha sendo paga, de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. A Companhia alterou a sistemática de pagamento até então adotada, correspondente a 1,2% da Receita Bruta, passando então a utilizar o novo critério definido pela Receita Federal, que calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 31/03/15 restam 419 parcelas a pagar de um total de 600.

As despesas financeiras de R\$ 277 mil (R\$ 309 mil em 31/03/14), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluindo o REFIS.

###### b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O endividamento bancário, em 31/03/15, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (leasing, CDC e FINAME) ficou em R\$ 14.471 mil (R\$ 15.332 mil em 31/03/14).

## Comentário do Desempenho

As despesas financeiras alcançaram até 31/03/15 o montante de R\$ 1.571 mil (R\$ 900 mil em 31/03/14). Em 31/03/15 a ATE não pagou juros sobre Capital Próprio para a ATSA. Em igual período do exercício anterior foi pago R\$ 584 mil).

### 1.3 Resultados

#### a) Azevedo & Travassos S/A

O Lucro Líquido no período de janeiro a março /15 foi de R\$ 674 mil (R\$ 2.044 mil em 31/03/14) sendo a influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE de R\$ 453 mil (R\$ 429 mil verificados em 31/03/14).

A redução do resultado ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e também pelo não pagamento de Juros sobre Capital Próprio pela controlada ATE no período.

Em 30/04/14, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a redução do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 25.849 mil, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31/12/2013.

O quadro, a seguir, mostra a evolução da queda dos prejuízos acumulados e a subsequente apuração de lucros retidos:

Prejuízos Acumulados / Lucros Retidos – ATSA em R\$ mil					
Ano	Em 31 de março				
	2011	2012	2013	2014	2015
(Prejuízos Acum.) / Lucros Retidos	(49.001)	(40.922)	(32.880)	(23.790)	5.564

Em 31/03/15, a empresa dispunha de R\$ 2.246 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 4.519 mil em 31/03/14. A diminuição das aplicações financeiras se deve à maior necessidade de capital de giro para as operações da Companhia.

#### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

O Lucro Líquido até 31/03/15 atingiu R\$ 453 mil, enquanto que no mesmo período de 2014 o valor desta rubrica antes da reversão dos Juros sobre Capital Próprio alcançou R\$ 430 mil. Com a reversão o lucro, em 31/03/124 ficou em R\$ 1.014 mil.

Em 31/03/15, a ATE dispunha de R\$ 7.452 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 10.165 mil em 31/03/14. A diminuição das aplicações financeiras se deve à maior necessidade de capital de giro para as operações da empresa.

### 1.4 Patrimônio Líquido

#### a) Azevedo & Travassos S/A

Até 31/03/15, o Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 45.850 mil. No quadro abaixo tem-se a evolução do PL no primeiro trimestre dos últimos cinco anos:

Patrimônio Líquido – ATSA em R\$ mil					
Ano	Em 31 de março				
	2011	2012	2013	2014	2015
Patrimônio Líquido	23.421	31.500	32.844	42.030	45.850

#### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 31/03/15 Patrimônio Líquido alcançou R\$ 52.154 mil. O quadro a seguir mostra a evolução do PL nos no primeiro trimestre dos últimos cinco anos:

Patrimônio Líquido – ATE em R\$ mil					
Rubrica / ano	Em 31 de março				
	2011	2012	2013	2014	2015
Patrimônio Líquido	40.919	44.560	45.305	46.920	52.154

## Comentário do Desempenho

### 1.5 LAJIDA

O quadro abaixo mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado e da controlada ATE no período de janeiro a março de 2015 e 2014.

	LAJIDA			
	Consolidado		ATE	
	31/03/2015	31/03/14	31/03/2015	31/03/2014
Lucro operacional	1.061	3.098	728	658
Despesas Financeiras	1.848	1.213	1.571	900
Receitas Financeiras	(613)	(225)	(521)	(123)
Depreciação e Amortização	1.138	1.076	1.054	999
<b>LAJIDA</b>	<b>3.434</b>	<b>5.162</b>	<b>2.832</b>	<b>2.434</b>

Observa-se uma diminuição do valor da LAJIDA no Consolidado na comparação entre os primeiros trimestres de 2015 e 2014. Este resultado reflete a queda de faturamento da ATSA provocada pelo menor volume de contratações pelos órgãos públicos no período.

### 2. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado do período, correspondendo no exercício de 2014 ao valor de R\$ 1.695 mil, aproximadamente R\$ 0,0627 por ação. Em 30/12/14, em antecipação aos dividendos acima citados e *ad referendum* da AGO, foi reconhecido e pago Juros sobre Capital Próprio, no valor bruto de R\$ 1.402 mil e valor líquido de R\$ 1.192 mil, após a retenção de 15% de Imposto de Renda, conforme informado no FATO RELEVANTE, publicado em 05/12/14. O pagamento do saldo do dividendo mínimo, no valor líquido de R\$ 503 mil já reconhecido no passivo circulante da Companhia, deverá ser efetuado até 30/06/15 conforme deliberação tomada na AGO realizada em 30/04/15.

### 3. Investimentos

Até 31/03/15, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de apenas R\$ 229 mil. Esse baixo valor investido no período deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País e também dentro de uma estratégia de baixar os financiamentos em equipamentos já assumidos em exercícios anteriores e melhorar seus índices de endividamento.

### 4. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente e pela evolução de desempenho das empresas do grupo. A questão ambiental é voltada para a prevenção de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionadas condições seguras de trabalho e orientações para aperfeiçoamento profissional. A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo GRI – Global Reporting Initiative, Instituto ETHOS, dentre outros.

## Comentário do Desempenho

### **5. Instrução CVM 381/03**

Conforme a Instrução CVM 381/03, a BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/C não efetuou outros serviços para a companhia, além da emissão do Relatório de revisão especial sobre ITR do primeiro trimestre de 2015.

## Notas Explicativas

### **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2015 (Em milhares de reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

##### **1.1 Atividades das empresas do grupo**

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 31 de março de 2015 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

##### **1.2 Estratégia operacional**

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa

## Notas Explicativas

tem grande tradição. Para o exercício de 2015 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 25.000.

- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2015 cerca de R\$ 300.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20bIII)
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m<sup>2</sup>) de sua propriedade, na cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h. 5) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações trimestrais da Sociedade compreendem:

As informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as



## Notas Explicativas

interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Até 31 de dezembro de 2013 essas demonstrações financeiras individuais não eram consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão

## Notas Explicativas

para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

## Notas Explicativas

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

## Notas Explicativas

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. Por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, esses valores foram lançados no passivo circulante.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a ATE se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas informações trimestrais individuais e como informação suplementar às

## Notas Explicativas

informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2014	Controladora		Consolidado	
			31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	99,0% CDI	46	1.589	4.159	18.458
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	1.044	1.014	1.139	1.289
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	98% CDI	1.156	1.125	1.156	1.125
Banco Hsbc	DI -LONGO PRAZO	100% CDI	-	-	1.990	2.052
Banco CEF	CDB	99,75% CDI	-	-	1.381	-
Outros			-	-	-	9
			<u>2.246</u>	<u>3.728</u>	<u>9.825</u>	<u>22.933</u>
- Caixas e bancos						
			<u>173</u>	<u>288</u>	<u>486</u>	<u>479</u>
			<u>2.419</u>	<u>4.016</u>	<u>10.311</u>	<u>23.412</u>

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

### 5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contas a receber	2.831	4.460	8.909	6.911
Serviços executados e não faturados	<u>11.862</u>	<u>9.010</u>	<u>57.007</u>	<u>42.835</u>
	<u>14.693</u>	<u>13.470</u>	<u>65.916</u>	<u>49.746</u>

**Notas Explicativas****6. ESTOQUES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Estoques de material de construção e peças de manutenção	285	361	5.570	4.240
Material de revenda	-	-	7.109	4.678
	<u>285</u>	<u>361</u>	<u>12.679</u>	<u>8.918</u>

**7. ESTOQUE DE IMÓVEIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.794	11.786	11.794	11.786
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.297	1.294
	<u>11.794</u>	<u>11.786</u>	<u>13.091</u>	<u>13.080</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	1.297	1.294
Parcelas a longo prazo (b)	<u>11.794</u>	<u>11.786</u>	<u>11.794</u>	<u>11.786</u>

(a) O lote Elísio e o lote 9 foram transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo em 2012.

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos os terrenos lotes 3, 4, 5, 6,7 e 8.

**Notas Explicativas**

	<b>M2</b>	<b>Controladora</b>	
		<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
LOTE Elísio	22.999	3.756	3.756
LOTE 9	30.937	2.695	2.687
LOTE 3	5.465	698	698
LOTE 4	4.343	555	555
LOTE 5	1.348	138	138
LOTE 6	1.536	136	136
LOTE 7	18.144	2.031	2.031
LOTE 8	17.207	1.785	1.785
	<b>101.979</b>	<b>11.794</b>	<b>11.786</b>

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Impostos a recuperar (a)	14	-	1.649	3.064
Caução de aluguel	36	61	484	466
Caução de obras	-	-	1.267	1.353
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	231	229
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	272	215
Depósito judicial bloqueado	-	-	107	107
Outras contas a receber	10	16	15	72
	<b>60</b>	<b>77</b>	<b>4.025</b>	<b>5.506</b>

- (a) Parte do valor em 31 de março de 2015 de R\$ 1.649 (R\$ 3.064 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado trata-se de créditos de material de revenda (ICMS, COFINS e PIS) e retenções (IR e CSLL).

## Notas Explicativas

### 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
	99,95	99,95	52.125	51.672	453	2.664
Total			<u>52.125</u>	<u>51.672</u>	<u>453</u>	<u>2.664</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 52.154 (R\$ 51.701 em 31 dezembro de 2014) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 453 (R\$ 2.665 em 31 de dezembro de 2014).

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	414	411	3	(426)
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>424</u>	<u>421</u>	<u>3</u>	<u>(426)</u>

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	404	401	3	(427)
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	10	10	-	-
	<u>414</u>	<u>411</u>	<u>3</u>	<u>(427)</u>



## Notas Explicativas

### 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	128	487	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	4.289	8.949	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	-	1.976
- Juros S/ Capital pago	-	-	469	2.006
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	-	469
- Lucros pago (e)	-	-	-	1.464
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	105	1.148
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (g)	-	-	28	-
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	237	234
- Cessão prejuízo fiscal (h)	-	2.544	-	-

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.
- (b) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m2, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2015.
- (d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de março de 2015 de R\$ 0 (R\$ 1.976 em 31 de dezembro de 2014), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de março de 2015 ficou saldo a pagar de R\$ 0 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2014).
- (e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Esse valor foi compensado com pagamentos feitos para a ATE.
- (f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen ) da Intech Engenharia Ltda e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.

## Notas Explicativas

- (g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e suas controladas ATDI e ATDI II.
- (h) A Azevedo \$ Travassos S.A. cedeu à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda prejuízo fiscal IRPJ e base de cálculo negativo CSLL, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão Dívida de 31 de outubro de 2014. A Azevedo \$ Travassos S.A com esta cessão aumentou o capital na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda , aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2014.
- Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31/03/2015, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 534 (R\$ 2.088 em 31 de março de 2014), conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	502	467
- Benefícios (ii)	32	33
- Bônus	<u>0</u>	<u>0</u>
Total	<u><u>534</u></u>	<u><u>500</u></u>

- (i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

## Notas Explicativas

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2015			Controladora
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2014
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.491	(1.467)	3.024	2.950
Máquinas e equipamentos	10	734	(643)	91	109
Outros	10	442	(217)	225	216
		5.667	(2.327)	3.340	3.275
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(518)	7.297	7.312
		14.004	(2.845)	11.159	11.109

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2015			Consolidado
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2014
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.550	(1.508)	3.042	2.969
Máquinas e equipamentos	10	20.660	(11.925)	8.735	9.161
Veículos	10	15.773	(6.823)	8.950	9.287
Outros	10	8.435	(4.427)	4.008	4.020
		49.418	(24.683)	24.735	25.437
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(518)	7.297	7.312
		57.755	(25.201)	32.554	33.271

## A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2015
Edifícios e benfeitorias	4.373	118	-	-	4.491
(-) Depreciação Acumulada	(1.423)	(44)	-	-	(1.467)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	1	734
(-) Depreciação Acumulada	(624)	(19)	-	-	(643)
Outros	426	16	-	-	442
(-) Depreciação Acumulada	(210)	(6)	-	(1)	(217)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(15)	-	-	(518)
	11.109	50	-	-	11.159

## A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2015
Edifícios e benfeitorias	4.432	118	-	-	4.550
(-) Depreciação Acumulada	(1.463)	(45)	-	-	(1.508)
Máquinas e equipamentos	20.642	17	-	1	20.660
(-) Depreciação Acumulada	(11.481)	(444)	-	-	(11.925)
Veículos	15.731	42	-	-	15.773
(-) Depreciação Acumulada	(6.444)	(378)	-	(1)	(6.823)
Outros	8.278	158	-	(1)	8.435
(-) Depreciação Acumulada	(4.258)	(170)	-	1	(4.427)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(15)	-	-	(518)
	33.271	(717)	-	-	32.554

## Notas Explicativas

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.637, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

### **Custo Atribuído (deemed cost)**

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

## 12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/03/2015			Consolidado
					31/12/2014
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	2.973	(2.027)	946	1.004
		<u>2.973</u>	<u>(2.027)</u>	<u>946</u>	<u>1.004</u>

### A mutação do saldo do intangível:

					Consolidado
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2015
Softwares	2.944	28	-	1	2.973
(-) Amortização Acumulada	(1.940)	(86)	-	(1)	(2.027)
	<u>1.004</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>946</u>

**Notas Explicativas****13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/03/2015	31/12/2014
. Capital de giro	1,22% a.m.	Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016	9.364	12.264
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2015 a Março de 2019	941	1.054
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2015 a Abril de 2019	1.741	1.897
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2015 a Agosto de 2018	2.425	2.774
			<u>14.471</u>	<u>17.989</u>
Menos - parcela do circulante			<u>11.703</u>	<u>14.616</u>
Parcela a longo prazo			<u><u>2.768</u></u>	<u><u>3.373</u></u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.050	1.037	6.941	7.120
	<u>1.050</u>	<u>1.037</u>	<u>6.941</u>	<u>7.120</u>

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de reparcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

## Notas Explicativas

### QUITAÇÃO

Com a obtenção dos benefícios concedidos pelo artigo 33 da Medida Provisória 651/2014, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2014 e considerando-se que o saldo devedor do parcelamento especial, Lei 11.941, celebrado em 2009, perfazia o montante de R\$ 3.634 mil em 30/10/14, a ATE efetuou, nesta data, o pagamento em espécie de R\$ 1.090 mil e utilizou o Prejuízo Fiscal do IRPJ e Base de Cálculo Negativa do CSLL de R\$ 2.544 mil cedidos pela Controladora Azevedo & Travassos S.A quitando, assim, este débito.

### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Seguros a pagar	-	-	443	1.019
Outras	56	51	65	90
	56	51	508	1.109
Menos – parcela do circulante	56	51	508	1.109
Parcelas a longo prazo	-	-	-	-

### 16. PATRIMONIO LIQUIDO

#### a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

## Notas Explicativas

### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2014 foram calculados como abaixo:

<b>Cálculo dos dividendos</b>			
Lucro líquido do exercício			<b>7.075</b>
(-) Reserva legal (R\$ 7.075 X 5%)			(354)
(+) Realização de reserva de reavaliação			59
<b>Lucro líquido ajustado</b>			<b>6.780</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$6.780 x 25%)</b>			<b>1.695</b>
<b>Forma de pagamento</b>			
	<u>valor bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>valor líquido</u>
Juros sobre o capital próprio (I)	1.402	(210)	1.192
Dividendos (II)			503
<b>TOTAL</b>			<b>1.695</b>

I) O Conselho de administração em reunião realizada em 05 de dezembro de 2014, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária, deliberou creditar juros sobre capital próprio R\$ 1.402 em 29 de dezembro de 2014 e pagamento em 30 de dezembro de 2014, correspondente a R\$ 0,051939143 por ação, por conta do dividendo mínimo obrigatório de 2014.

II) O dividendo obrigatório é contabilizado no passivo circulante.

### c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 4.875 para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial, neste momento, de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

## Notas Explicativas

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	786	2.874	1.061	3.098
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	(2)
Adições:				
- Provisão não dedutível	-	17	-	17
- Despesas indedutíveis	41	15	131	43
Exclusões:				
- Equivalência	(453)	(429)	-	-
- Diferimento	-	(1.232)	-	(1.232)
- Prejuízo Fiscal	(112)	(374)	(112)	(374)
Base de cálculo	262	871	1.080	1.550
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(82)	(289)	(357)	(517)
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	4
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	(38)	(253)	(38)	(253)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(120)	(542)	(395)	(766)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	8	(288)	8	(288)
	(112)	(830)	(387)	(1.054)

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

### 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

### 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Salários e encargos	1.879	1.582	3.107	2.529
Serviços contratados de terceiros	37	18	814	666
Outros	181	227	670	681
Total	2.097	1.827	4.591	3.876



## Notas Explicativas

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

##### a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de março de 2015, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.302 (R\$ 37.297 em 31 de dezembro de 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.651 (R\$ 18.648 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

##### a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de março de 2015, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.888 (R\$ 19.947 em 31 de dezembro de 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.955 (R\$ 7.979 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

## Notas Explicativas

### b) REFIS Federal

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Passivo Circulante	1.276	1.268	1.276	1.268
Passivo Não Circulante	43.283	43.322	43.283	43.322
<b>Total</b>	<b>44.559</b>	<b>44.590</b>	<b>44.559</b>	<b>44.590</b>

I) Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela será calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de março de 2015 é de R\$ 44.559 (R\$ 44.590 em 31 de dezembro de 2014)

### c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4 Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de março de 2015 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2014).

## Notas Explicativas

### d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de março de 2015, está provisionado o montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2014), e no consolidado R\$ 4.600 (R\$ 4.600 em 31 de dezembro de 2014) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	31/03/2015	exercício	31/12/2014	31/03/2015	exercício	31/12/2014
Trabalhista (a)	1.950	-	1.950	2.988	-	2.988
Fiscal	25	-	25	41	-	41
Cível	25	-	25	1.571	-	1.571
<b>Total</b>	<b>2.000</b>	<b>0</b>	<b>2.000</b>	<b>4.600</b>	<b>0</b>	<b>4.600</b>

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

**Notas Explicativas****e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social****e.1) HISTÓRICO**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
<b>Total do prejuízo fiscal e base negativa</b>		<b><u>36.673</u></b>	<b><u>36.676</u></b>
<b>CRÉDITOS</b>			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
<b>Total dos créditos (1)</b>	<b><u>12.469</u></b>	<b><u>9.168</u></b>	<b><u>3.301</u></b>
<b>UTILIZADO</b>			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
DIPJ período 2009 - IRPJ e CSLL	81	60	21
DIPJ período 2010 - IRPJ e CSLL	260	191	69
DIPJ período 2011 - IRPJ e CSLL	258	190	68
DIPJ período 2012 - IRPJ e CSLL	388	285	103
DIPJ período 2013 - IRPJ e CSLL	353	258	95
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	600	441	159
DIPJ período 2015 - IRPJ e CSLL	38	28	10
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
<b>Total dos valores utilizados (2)</b>	<b><u>4.805</u></b>	<b><u>3.499</u></b>	<b><u>1.306</u></b>
<b>Saldo para ser utilizado (1- 2)</b>	<b><u>7.664</u></b>	<b><u>5.669</u></b>	<b><u>1.995</u></b>

**Notas Explicativas****e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/03/2015**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<b>RECONHECIDO</b>			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.889	1.389	500
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	8.957	6.619	2.338
em 2011	2.400		
em 2012	2.600		
em 2013	3.957		
<b>TOTAL</b>	<b>8.957</b>		
<b>REVERSÃO</b>			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
<b>sub-total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.813</b>	<b>4.308</b>	<b>1.505</b>
DIPJ período 2015 - IRPJ e CSLL	(38)	(28)	(10)
<b>sub-total (b) em 31 de março de 2015</b>	<b>5.775</b>	<b>4.280</b>	<b>1.495</b>
<b>Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)</b>	<b>7.664</b>	<b>5.669</b>	<b>1.995</b>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Companhia realizou estudo técnico "Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL", aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2015, no valor presente de R\$ 7.605, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 5.813.

## Notas Explicativas

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

<b>Data base da Compensação</b>	<b><u>Valor Original</u></b>	<b><u>Valor Presente</u></b>
2015	660	626
2016	726	652
2017	799	680
2018	879	710
2019	966	739
2020 a 2024	<u>6.489</u>	<u>4.198</u>
<b>Total</b>	<b><u>10.519</u></b>	<b><u>7.605</u></b>

### f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de março de 2015 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

### g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2015 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 2.425 (R\$ 2.774 em 31 de dezembro de 2014), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 3.327 (R\$ 3.871 em 31 de dezembro de 2014), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	1.412	1.957
2016	1.053	1.053
2017	604	604
2018	<u>258</u>	<u>257</u>
	<b><u>3.327</u></b>	<b><u>3.871</u></b>

## Notas Explicativas

### h) Ações Judiciais Ativas

#### h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior, bem como os recolhimentos futuros, estimando-se até 31.03.2015 o benefício patrimonial de R\$ 117.

Com relação à ação proposta pela ATE, estima-se até 31.03.2015 o benefício patrimonial de R\$ 3.576.

#### h.2) Ação DER/SP

A ação judicial ajuizada foi julgada improcedente em 1ª instância. Contudo, os advogados que patrocinam o processo acreditam ser possível a reforma da decisão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados. Foi apresentado Recurso de Apelação contra essa decisão, o que foi provido para anular a sentença, sendo determinado o retorno dos autos a 1ª instância para que seja proferida nova decisão.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

#### h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

A Companhia (ATSA) e a controlada ATE, pleitearam judicialmente, estando, os autos aguardando julgamento no E. TRF da 3ª Região.

#### h.4) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.

A ATE pleiteou judicialmente e o Juiz de 1ª instância concedeu parcialmente a segurança, bem como reconheceu o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente, estimando-se o benefício patrimonial até 31/03/2015 de R\$ 262.

#### h.5) Baixa de Precatário Judicial

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 deliberou por baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatário Judicial, no valor de R\$ 3.848, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo.

O relatório relata que, nada obstante a expedição de Ofício Requisitório, em 1999, requisitando o pagamento de valores decorrentes de diferenças de juros e correção monetária em razão de atrasos verificados em pagamento de Precatórios anteriormente expedidos no processo e aplicação de índices de reajustes, o DER não reconhece a existência dessas diferenças a favor da Companhia e, até o momento, não foi proferida decisão sobre a discussão travada nos autos, em que pese toda a argumentação lançada pela Companhia.

## Notas Explicativas

Em 2013, o Juízo do feito houve por bem postergar novamente essa deliberação, determinando que se aguardasse a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos efeitos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357, que julgou parcialmente inconstitucional alguns dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal e integralmente as disposições do artigo 97 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, para somente após decidir pela suficiência, ou não dos valores já pagos pelo DER, ou pela necessidade de eventual repetição.

### **h.6) Multa 10% - FGTS**

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito.

\* \* \*



## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### COMENTÁRIO SOBRE COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

#### 1. Atividades da Companhia e Perspectivas para 2015

A Azevedo & Travassos S.A. (Companhia), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas duas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, apesar do atual cenário de incertezas na economia do País, continuarão demandando serviços e necessitando de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do grupo Azevedo & Travassos. Em resumo, as perspectivas para 2015 são as seguintes:

#### 1.1 **Azevedo & Travassos S.A.**

##### **Construção Pesada**

A Companhia continua participando ativamente de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área em que tem grande tradição e cujos investimentos, no âmbito governamental, deverão evoluir nos próximos anos em níveis mais moderados, tendo em vista as perspectivas de ritmo menor de crescimento do País. Estimam-se também investimentos neste segmento pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras da Grande São Paulo, região onde a Companhia apresenta boa competitividade

#### 1.2 **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

##### **a) Construção Pesada e Construção Civil**

A ATE atua no segmento de Construção Industrial que tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

##### **b) Montagem Eletromecânica**

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e de montagem eletromecânica, onde se concentra a principal atividade da ATE, seus principais clientes são: PETROBRAS, concessionárias de gás, mineradoras e indústrias petroquímicas. Devido à atual conjuntura pela qual passa a PETROBRAS, poderá haver uma diminuição no ritmo dos seus investimentos, com a consequente queda nas contratações de obras e serviços para 2015. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas "on shore", acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio. Quanto ao mercado de concessionárias de gás, a ATE vem aumentando sua atuação, tendo como clientes a COMGÁS (São Paulo), a CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), a SCGÁS (Santa Catarina), a BAHIAGÁS (Bahia) e a BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo). Ainda no segmento de dutos, abriu-se nova frente de negócios com as concessionárias de aeroportos, devido a demanda de instalações de tubulações para as redes de abastecimento das aeronaves, com destaque para as concessionárias dos aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Galeão.

A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

#### c.1 Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua ampliando a execução dos serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área "off shore".

#### c.2 Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

### d) Desenvolvimento Imobiliário

A Companhia e a sua controlada ATE possuem mais de 100 mil m<sup>2</sup> em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo. O desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, visando atender a demanda de imóveis para a população de média e baixa renda, faz parte da estratégia da Companhia.

## 2. Carteira de obras e de serviços a serem executados

### a) **Azevedo & Travassos S.A.**

A Companhia continua participando de licitações junto a órgãos públicos para compor a sua carteira de obras de infraestrutura.

A expectativa para 2015, dentro do atual cenário econômico do País, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil, tendo em vista a redução do nível de contratação por parte dos órgãos públicos e considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras hoje contratadas e que novas obras que venham a ser contratadas, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2016.

O quadro abaixo mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a que foi realizada até 31/03/15.

**ATSA - Previsão da Receita Bruta para o ano 2015**  
em R\$ mil

<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1º trim.</b>	<b>2º trim.</b>	<b>3º trim.</b>	<b>4º trim.</b>	<b>TOTAL</b>
• PREVISÃO	9.000	6.000	5.000	5.000	25.000
• REALIZADA	8.988	-	-	-	8.988

### b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

A previsão para 2015 é alcançar uma receita próxima a do ano de 2014, ou seja, no patamar de R\$ 300.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações em andamento.

O quadro adiante mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão da receita com a realizada até 31/03/2015.

**ATE - Previsão da Receita Bruta para o ano 2015**  
em R\$ mil

<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1º trim.</b>	<b>2º trim.</b>	<b>3º trim.</b>	<b>4º trim.</b>	<b>TOTAL</b>
• PREVISÃO INICIAL	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000
• REALIZADA	75.367	-	-	-	75.367

### c) **Consolidado.**

Para 2015, a previsão é que a receita alcance o montante de R\$ 310.000 mil, dentro do cenário atual do mercado e da premissa de que os contratos em andamento e aqueles em fase adiantada de negociações terão suas realizações confirmadas pelos Clientes no corrente ano.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

#### Juros de Capital Próprio e Dividendos

Em relação a JCP e Dividendos, segue a reprodução do item III da AGO ocorrida em 30/04/15:

Foi aprovado, por unanimidade, que o lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$ 7.075.956,70, tenha a seguinte destinação:

- a) R\$ 353.797,84, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a Conta de Reserva Legal;
- b) R\$ 1.695.239,21 para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no artigo 29 do Estatuto Social, nas seguintes condições:
  - b.1) R\$ 1.402.356,87, à razão de R\$ 0,051939143 por ação, equivalente ao total líquido de R\$ 1.192.013,40, relativos aos juros sobre capital próprio pagos antecipadamente, com base na posição acionária de 05 de dezembro de 2014, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração da mesma data, sendo ratificada a declaração dos juros sobre capital próprio e imputação aos dividendos obrigatórios e
  - b.2) R\$ 503.225,81, à razão de R\$ 0,01863799 por ação ordinária e preferencial, sem retenção de Imposto de Renda, a ser disponibilizado aos acionistas em até 60 (sessenta) dias desta data, sendo que a partir de 01 de maio de 2015 as ações serão negociadas ex-dividendos;
- c) saldo remanescente de R\$ 4.875.374,17 para a Reserva de Retenção de Lucros para reforço de Capital de Giro e preservação do Patrimônio Líquido da Companhia.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o NBC TG 21 e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC 2SP005528/O-2

Toshio Nishioka

Contador

CRC-1-SP 104690/O – 5



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Observação Inicial

Parecer do Conselho Fiscal não se aplica para o primeiro trimestre.

Metodologia de funcionamento do Conselho Fiscal na Companhia

Os membros do Conselho Fiscal da ATSA reúnem-se periodicamente, na sua sede, para analisarem as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatórios de Revisão Especial de Auditoria Externa e os ITRs referentes aos 3 primeiros trimestres de cada exercício social.

O Conselho Fiscal, após a análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro compreendendo as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e o Relatório dos Auditores Independentes, emite o seu PARECER recomendando o encaminhamento dos citados documentos para a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2015.

São Paulo, maio de 2015.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes relativo ao primeiro trimestre de 2015.

São Paulo, maio de 2015.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo